



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1 Objeto da Contratação

A prestação do serviço especializado na área da Psicologia consistirá em:

Psicologia Clínica

- a) Realizar atendimento psicológico individual, em situações emergenciais, tanto no modo presencial como virtual, orientando o servidor e a Administração como proceder em cada caso.
- b) Realizar grupos focais com base no relatório dos exames periódicos e nas demandas de saúde e de desenvolvimento.

Psicologia do Trabalho e Organizacional

- a) Realizar perícias, participar de juntas médicas e de avaliação biopsicossocial;
- b) Analisar e emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos na área de Psicologia.
- c) Atuar na área organizacional e do trabalho nas demandas de Gestão de Pessoas.
- d) Colaborar no planejamento e execução das atividades destinadas à qualidade de vida no trabalho e ao desenvolvimento de pessoas.
- e) Participar na lotação de servidores, quando solicitado;
- f) Acompanhar processos de readaptação profissional;
- g) Participar da organização dos treinamentos gerenciais e/ou desenvolvimento de pessoas.

Serviços Administrativos

- a) Atuar como supervisor de campo de estagiários na área da Psicologia;
- b) Realizar os serviços administrativos decorrentes de sua atividade, como organização de prontuários.
- c) Realizar demais tarefas e procedimentos compatíveis com as atividades da área de Psicologia.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Pessoal

Seção de Saúde

Local da prestação dos serviços: a prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do Contratante.

Funcionamento e carga horária: 20 (vinte) horas semanais.

Horários: os horários de início e término do funcionamento do trabalho serão definidos pelo Contratante, em acordo com a Contratada, respeitada a necessidade do serviço.

2 Fundamentos da Contratação

2.1. Motivação

O TRE-SC não possui em seu quadro o cargo de psicólogo. A existência de um cargo público depende de Lei que o crie, sendo um processo muito demorado, envolvido em grande complexidade. O credenciamento de pessoa física ou jurídica também demanda processo prolongado. A contratação de pessoa jurídica é a mais adequada, dada a sua celeridade, para suprir a demanda de serviço técnico especializado na área da Psicologia.

2.2. Objetivos e Benefícios

- a) Dispor de serviço especializado na área da Psicologia, para fazer frente às demandas gerenciais estratégicas e de saúde da Justiça Eleitoral em Santa Catarina.
- b) Realizar os seguintes serviços: psicologia clínica, psicologia do trabalho e organizacional e serviços administrativos delas decorrentes.

2.3. Alinhamento Estratégico

As atribuições do serviço, além de as contempladas em ações do Plano de Eleições 2022, também estão alinhadas às ações de saúde do planejamento estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em especial àquelas vinculadas ao objetivo estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas de “promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho” (por meio do aprimoramento e desenvolvimentos de ações preventivas e promocionais à Saúde Mental, contribuindo com a redução de índices de absenteísmo e com a melhoria da qualidade de vida no trabalho). E, mais, além da “promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho”, também está



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

presente o alinhamento com os objetivos estratégicos de “fortalecimento da governança e da gestão de pessoas” e de “valorização, reconhecimento e integração dos servidores” (a partir da promoção de ações que favoreçam a melhoria das relações entre os servidores para garantir a qualidade e efetividade dos serviços prestados e aumento de desempenho institucional).

Não há conflito com outros serviços existentes no TRESC.

Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral	Fomentar a inovação institucional com vistas a atender as novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços
Planejamento Estratégico Institucional	OE1 – Fortalecimento da governança da gestão de pessoas
	INI1.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas
Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas	OE1 – Fortalecimento da governança e da gestão de pessoas
	IE1.2 Índice de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas
	OE2 – Valorização, reconhecimento e integração dos servidores
	IE2.1 – Número de ações voltadas à valorização, reconhecimento e integração dos servidores
	OE3 – Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho
	IE3.2 – Índice de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
	IE3.3 – Índice de proteção à saúde do servidor

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados aos autos do PAE n. 20.529/2022.

2.5 Demanda Prevista X Quantidade a ser CONTRATADA

A demanda prevista de 20 horas semanais corresponde à necessidade de acompanhamento técnico psicológico nas ações institucionais planejadas e no potencial (estimado a partir do histórico ordinário dessas atividades) de participação dessa especialidade em juntas e equipes multiprofissionais em saúde.

Estima-se que a produtividade será atendida mediante a alocação de 1 (um) profissional, de segunda a sexta-feira, das 14 às 18h.

2.6 Soluções Disponíveis e/ou Contratadas por outros Órgãos Públicos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Escolha e Justificativa do Objeto

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.8 Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Característica
1	Realização de atendimento psicológico individual, em situações emergenciais, tanto no modo presencial como virtual, orientando o servidor e a Administração como proceder em cada caso, além de atuação em Juntas Médicas e nas situações relacionadas à Clima Organizacional.

Composição do objeto a ser contratado:

Id.	Bem / Serviço
1	Trata-se serviço especializado na área de Psicologia.

2.9 Serviços Adicionais

Diante de uma **eventual** demanda, superior à demanda prevista no Item 2.5 deste Projeto Básico, que implique na necessidade de maior número de horas para sua execução e/ou de envolvimento de maior número de profissionais, o CONTRATANTE poderá solicitar a prestação de **serviços adicionais**, na forma de **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS**.

O **PACOTE DE SERVIÇOS ADICIONAIS** refere-se a 1 (uma) hora do serviço de psicologia clínica ou organizacional.

O CONTRATANTE poderá solicitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência, os seus horários de execução.

Os pacotes de serviços adicionais serão requeridos à CONTRATADA pela gestão do contrato, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e deverão ser realizados preferencialmente em dias úteis e no horário normal de expediente do Tribunal.

Estima-se a contratação de 10 pacotes de serviços adicionais por mês.

2.10 Parcelamento e Adjudicação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

A contratação apresenta objeto único, sem possibilidade de parcelamento.

A adjudicação será global, com proposta no valor mensal do serviço e do pacote adicional, devendo ser executado pela mesma empresa.

2.11 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo CONTRATANTE.

Com a finalidade de aferição do menor preço, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{PF} = \text{pmP} + (10 \times \text{PA}) + (1 \times \text{Td}).$$

Legenda:

PF = preço final mensal (valor estimado)

pmP = preço mensal pelos serviços de Psicologia

PA = valor do Pacote de Serviço Adicional

Td = taxa diária de deslocamento (alimentação + hospedagem e TODOS os encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado).

2.11.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;
- b) documento que comprove o registro (no caso de atividade principal) ou cadastro (no caso de atividade secundária) da empresa junto ao Conselho Regional de Psicologia, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993; e
- c) comprovação de que a empresa possui responsável técnico pelos serviços de psicologia, com a devida demonstração do seu vínculo com a pessoa jurídica.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentada na forma da lei;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

- c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- d) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;
- e) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);
- e.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;
- e.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e
- f) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “d” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório.

2.11.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.12 Modalidade e Tipo de Licitação

A contratação de empresa para o fornecimento de serviço especializado e continuado na área da Psicologia, ocorrerá mediante realização de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.13 Impacto Ambiental

Não serão necessárias adequações do ambiente. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com a Política Ambiental do TRESC.

2.14 Conformidade Técnica

O contrato deve observar as normas do Conselho Federal e Regional de Psicologia.

2.15 Obrigações da Proponente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

2.15.1 Os licitantes poderão realizar visita técnica nos locais de prestação dos serviços antes da apresentação da proposta.

2.15.2 A visita deverá ser agendada previamente, no horário das 13 às 19 horas, pelo e-mail saude@tre-sc.jus.br ou pelo telefone 32513824, e poderá ser realizada somente até o horário de abertura do Pregão.

2.15.3 A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do local de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.16 Obrigações da CONTRATANTE

2.16.1 Promover, por meio do seu representante, o servidor titular da Chefia da Seção de Saúde da Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas, ou o seu substituto, ou o superior imediato, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, na Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados; e

2.16.2 Disponibilizar espaço para instação da estação de trabalho e acesso às informações necessárias à execução das atividades.

2.17 Obrigações da CONTRATADA

2.17.1 Iniciar a prestação dos serviços em até 15 (quinze) dias úteis após autorização da Seção de Saúde do TRESC.

2.17.2 Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa.

2.17.3 Manter quadro de pessoal suficiente para manutenção do serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados – que não terão relação de emprego com este Tribunal –, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.17.4 Apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRESC, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo CONTRATANTE, que poderá recusar os que não



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço.

2.17.5 Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico.

2.17.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

2.17.7 Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados.

2.17.8 Responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais, no exercício da prestação do serviço, causarem a terceiro ou ao CONTRATANTE.

2.17.9 Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

2.17.10 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.17.11 Disponibilizar profissionais com os devidos registros no Conselho Regional de Psicologia.

2.17.12 Realizar os serviços descritos neste Projeto Básico.

2.17.13 Comprovar a quitação das obrigações trabalhistas.

2.17.14 Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Organização ou ao interesse do Serviço Público.

2.17.15 Alocar profissional com graduação em Psicologia, comprovando experiência em atuação clínica e organizacional em órgãos públicos e/ou empresas privadas, capacitação e/ou participação em eventos, nos quatro últimos anos, na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, e registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.

2.18 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Contratação de serviço especializado na área da Psicologia, que será prestado nas dependências da Seção de Saúde do TRESP, Anexo II, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 157, Centro, Florianópolis/SC, que consistirá em psicologia clínica e organizacional.

Para atender à demanda dos serviços, a CONTRATADA deverá dispor de profissionais que preencham os seguintes requisitos técnicos:

- 1) Profissional com graduação em Psicologia, comprovando experiência em atuação clínica e organizacional em órgãos públicos e/ou empresas privadas, capacitação e/ou participação em eventos, nos quatro últimos anos, na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, e registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina.
- 2) Comprovação do registro no Conselho Regional de Psicologia (Lei n. 4.119, de 27.8.1962, combinada com a Lei n. 5.766, de 20.12.1971); e
- 3) Não responder a processo disciplinar junto ao Conselho Regional de Psicologia.

A Tabela de Produtividade (Anexo III deste Projeto Básico) especifica as características do local onde serão prestados os serviços, objeto desta contratação.

Quando formalmente justificado o interesse e a necessidade por parte do TRESP, mediante comunicação e havendo disponibilidade orçamentária, poderão ser autorizados deslocamentos para a prestação de serviços nos municípios que compõem as zonas eleitorais do Estado de Santa Catarina.

Em caso de deslocamento, a contratada deverá arcar com todas as despesas de alimentação, hospedagem e serviço extraordinário, bem como os demais encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado.

Estima-se a realização de 1 deslocamento mensal.

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

3.1.2 Código SIASG

14583

3.1.3 Vigência

O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 31.8.2023, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

3. 2 Modelos de Documentos

Não haverá modelos de documentos.

Florianópolis, em 19 de agosto de 2022.



**Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde**

Anexo I – Plano de Fiscalização

1 Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão do contrato do serviço especializado na área da Psicologia serão efetuados pelo titular da Seção de Saúde ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1 Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRES e CONTRATADA

1.1.1 Após a assinatura, para dar início à execução do ajuste, o Tribunal promoverá reunião com a CONTRATADA, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento das obrigações contratuais

1.1.2 O titular da Seção de Saúde, ou seu substituto, ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

1.2 Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1 A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias úteis após autorização da Seção de Saúde.

1.2.2 Os serviços serão prestados no endereço do imóvel da Seção de Saúde, informado na Tabela de Produtividade (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.3 Os horários de prestação do serviço estão indicados na Tabela de Produtividade (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.4 Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte,

1.2.5 Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Pessoal

Seção de Saúde

Como os serviços descritos no item 3.1 não são rotineiros, ou seja, não há previsibilidade de demanda diária, semanal ou mensal para cada item, os serviços serão executados da forma demandada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, pela Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional e pela Seção de Saúde da Coordenadoria de Pessoal.

Ao final de cada mês, será encaminhado relatório das atividades desenvolvidas no período, o qual será avaliado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, pela Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional e pela Seção de Saúde da Coordenadoria de Pessoal.

1.3 Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais (Item 2.8.5 deste Projeto Básico) e de acompanhamento e avaliação dos serviços (Relatório Instrumento de Medição de Resultado - IMR, Anexo II deste Projeto Básico), o TRESC valer-se-á de encaminhamento de mensagens eletrônicas e da realização de telefonemas para a CONTRATADA.

O modelo de Relatório IMR consta do Anexo II deste Projeto Básico.

1.4 Prazo de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5 Acompanhamento do Contrato

Responderá pelo acompanhamento e a gestão da contratação o titular da Seção de Saúde da Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

O gestor do contrato ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do IMR, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Tais ajustes visam:

- 1) Assegurar ao CONTRATANTE o recebimento dos serviços em consonância com com o estabelecido neste Projeto Básico; e
- 2) Aplicar a dedução no pagamento à CONTRATADA quando da ocorrência de falhas na execução.
- 3) Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA até o dia 7 (sete) do mês seguinte o Relatório do Instrumento de Medição de Resultado, que conterà, no mínimo:
 - Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
 - Número do Contrato;
 - Partes Contratuais;
 - Síntese do objeto;
 - Relação de falhas;
 - Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

1.6 Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7 Pagamento

O pagamento mensal será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

De acordo com a **mensuração dos resultados obtidos na prestação dos serviços (Relatório IMR – Anexo II)**, a CONTRATADA fará jus ao percentual do valor pactuado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

equivalente a uma das cinco faixas:

- Faixa 01 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;
- Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços;
- Faixa 03 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;
- Faixa 04 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços; e
- Faixa 05 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) *30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.*

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8 Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9 Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10 Qualificação Técnica

Caberá à CONTRATADA selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Coordenadoria de Pessoal

Seção de Saúde

Os funcionários deverão ter a habilidade e a capacidade necessárias para o desempenho das atribuições da Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução, conforme descrito no item 1.2.5 deste Plano de Fiscalização.

1.11 Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficar impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor mensal do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

1.11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Interrupção dos serviços por 1 (um) dia no mês por ausência de colaborador.	LEVE	Por ocorrência.
	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias no mês por ausência de colaborador.	MÉDIA	Por ocorrência.
2	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias na semana ou 3 (três) dias no mês por ausência de colaborador.	GRAVE	Por ocorrência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
3	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;]

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “d” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

1.11.7.2. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.3 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado - IMR

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico/Termo de Referência se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste Projeto Básico/Termo de Referência; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-SC poderá ser objeto apenas de notificação.

A empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de Psicologia, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

Os serviços objeto deste Projeto Básico/Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelos abaixo:

1.1. Relação de falhas - Relação de falhas - Modelo (aplica-se aos serviços de Psicologia realizados diariamente)

SERVIÇO: _____
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

Relação de Falhas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Falha 1	Não observar o Código de Ética da Psicologia
Aferição	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado
Observação:	
Data da Ocorrência	Descrição sintética
Relação de Falhas	
Falha 2	Falta de atenção, urbanidade e cordialidade no trato com os servidores da Justiça Eleitoral.
Aferição	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
Observação:	
Descrição sintética	

Data da Ocorrência	Descrição sintética
Relação de Falhas	
Falha 3	Recusa na execução de serviço determinado pela Contratante
Aferição	Condicionada à verificação pelo próprio gestor do contrato ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que a tiver verificado.
Observação: os registros das falhas serão individuais, ou seja, a cada prática em desacordo com o contrato corresponderá uma falha, podendo ocorrer o registro de várias falhas na mesma data.	
Data da Ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde

Tabela de Falhas e Efeitos Remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (total da linha número corrigido)
Total de Ocorrências						
Tolerância (-)	1	0	1	0	0	
Excesso de falhas (=)						
Peso (x)	5	12	8	16	18	
Número corrigido (somar)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de Psicologia:

- Faixa 01 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;
- Faixa 02 – Fator de Aceitação de 01 a 25: 95% de avaliação dos serviços;
- Faixa 03 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;
- Faixa 04 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços; e
- Faixa 05 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: a CONTRATADA fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Coordenadoria de Pessoal
Seção de Saúde
Anexo III- TABELA DE PRODUTIVIDADE

Seção de Saúde do TRESP
Endereço: Rua Esteves Junior n. 157, Anexo II do TRESP, Centro, Florianópolis
Contato: saude@tre-sc.gov.br – Telefone: (48) 3251-3102
Quantidade estimada: 20 horas semanais de serviço de psicologia.
Quantidade estimada de profissionais: 1 (um) profissional com curso superior em Psicologia.
Horário de prestação de serviço: de segunda a sexta-feira das 14 às 18 horas, totalizando 20 (trinta) horas semanais
Características do local de realização dos serviços: estação de trabalho em espaço indicado pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRESP